



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

MAURO DE LIMA SOUZA

**GOVERNANÇA COLABORATIVA: Um estudo da organização
do turismo regional na Chapada dos Veadeiros, Goiás**

Brasília – DF

2024

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Lucio Remuzat Rennó Junior
Decano de Pós-Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor Rodrigo Rezende Ferreira
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professora Doutora Letícia Lopes Leite
Coordenadora-Geral UAB

Professora Doutora Fátima de Souza Freire
Coordenadora do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

MAURO DE LIMA SOUZA

**GOVERNANÇA COLABORATIVA: Um estudo da
organização do turismo regional na Chapada dos Veadeiros,
Goiás**

Projeto de monografia apresentado ao Departamento
de Administração como requisito parcial à obtenção
do certificado de especialista em Gestão Pública
Municipal

Professora Orientadora: Dra. Josivania Silva Farias

Brasília – DF

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Dg DE LIMA, MAURO.
GOVERNANÇA COLABORATIVA: Um estudo da organização do
turismo regional na Chapada dos Veadeiros, Goiás / MAURO DE
LIMA; orientador JOSIVANIA SILVA FARIAS. -- Brasília, 2024.
35 p.

Monografia (Especialização - GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL) --
Universidade de Brasília, 2024.

1. . I. FARIAS, JOSIVANIA SILVA, orient. II. Título.

MAURO DE LIMA SOUZA

**GOVERNANÇA COLABORATIVA: Um estudo da
organização do turismo regional na Chapada dos Veadeiros,
Goiás**

Projeto de monografia apresentado ao Departamento
de Administração como requisito parcial à obtenção
do certificado de especialista em Gestão Pública
Municipal

Data de aprovação: 09/08/2024.

Prof. Dra. Josivania Silva Farias
Orientador

Prof. Msc. Luana Dias da Costa
Professora - Examinador

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.

(Marthin Luther King)

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelas oportunidades de viver e aprender.

A minha mãe como exemplo de mulher batalhadora e dedicada a sua família, ao meu Pai (in memoriam) pelo seu exemplo de vida e perseverança, onde sempre sonhou com seus filhos vitoriosos, mesmo com toda nossa forma de vida simples e humilde.

A minhas filhas Carla Elanna, Suzane Mayara, Tassia Lorena, Tayna Mayra, Anny Sophie, Lunna Beatriz e meu filho amado João Marcos que sempre foram a mola propulsora para que eu continuasse buscando conhecimento e oportunidades para proporcionar o melhor, como exemplo de pai.

A orientadora Prof. Dra. Josivania Silva Farias, por ter caminhado comigo nessa construção do conhecimento.

Aos mestres da UNB, pela dedicação e ensinamentos.

A quem direta e indiretamente me incentivou para que eu prosseguisse nessa caminhada e aqueles que passaram pelo meu caminho no período de nosso curso.

A meus colegas de turma que no final se preocuparam uns com outros para conclusão de nossos artigos.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho foi realizar análise do modelo de governança colaborativa da organização do turismo regional na Chapada dos Veadeiros em Goiás e modelo de governança dos ecossistemas integrados de gestão do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, de forma a observar o desenvolvimento regional e entraves para implementação de uma política inovadora, em um modelo de governança com ações colaborativas dos diversos atores regionais de forma integrada. Em suma, o ponto focal do presente trabalho foi analisar a eficácia das medidas na proteção dos ecossistemas locais, avaliar a governança colaborativa no contexto do turismo na Chapada dos Veadeiros e identificar os principais desafios e obstáculos enfrentados na conservação e integração dos ecossistemas locais. A análise bibliográfica abordou a importância de governança colaborativa que é essencial para impulsionar a Inovação na Gestão Pública, ao promover a cooperação entre diferentes atores, promover abordagens integradas e holísticas, além de fomentar a inovação aberta e novas estratégias para soluções dos desafios mais prementes da sociedade. Em suma, a governança colaborativa na Chapada dos Veadeiros pode proporcionar avanços importantes, mas ainda há um caminho a percorrer para consolidar essas práticas e superar os desafios existentes. O fortalecimento das parcerias, a capacitação contínua dos atores envolvidos e a busca por fontes de financiamento são passos fundamentais para o futuro da gestão do turismo na região. Por conta desses novos contextos outros sujeitos podem ser incorporados nas esferas de direitos e de participação, representantes de diversos setores devem compor o principal locus decisório relacionado às políticas públicas. A atualização desses processos relacionados, especificamente, a gestão municipal.

Palavras-chave: Governança Colaborativa, Eficácia das Medidas de Proteção dos Ecossistemas Locais.

ABSTRACT

The objective of this work was to carry out an analysis of the collaborative governance model of the organization of regional tourism in Chapada dos Veadeiros in Goiás and the governance model of the integrated management ecosystems of the Chapada dos Veadeiros National Park, in order to observe regional development and obstacles to implement an innovative policy, in a governance model with collaborative actions by different regional actors in an integrated manner. In short, the focal point of the present work was to analyze the effectiveness of measures in protecting local ecosystems, evaluate collaborative governance in the context of tourism in Chapada dos Veadeiros and identify the main challenges and obstacles faced in the conservation and integration of local ecosystems. The bibliographic analysis addressed the importance of collaborative governance, which is essential to boost Innovation in Public Management, by promoting cooperation between different actors, promoting integrated and holistic approaches, in addition to fostering open innovation and new strategies for solutions to the most pressing challenges in society. In short, collaborative governance in Chapada dos Veadeiros can provide important advances, but there is still a way to go to consolidate these practices and overcome existing challenges. Strengthening partnerships, continuous training of the actors involved and the search for sources of financing are fundamental steps for the future of tourism management in the region. Due to these new contexts, other subjects can be incorporated into the spheres of rights and participation, representatives from different sectors must form the main decision-making locus related to public policies. The updating of these processes related, specifically, to municipal management.

Keywords: Collaborative Governance, Effectiveness of Measures in Protecting Local Ecosystems.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Objetivo Geral.....	15
1.2	Objetivos Específicos.....	15
1.3	Justificativa e contribuição do estudo.....	16
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.2	A Importância do Turismo Sustentável	18
2.3	Importância da Governança Colaborativa na IGP – Inovação Gestão Pública	20
3.	MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA	23
3.1	Tipo e descrição geral da pesquisa.....	23
3.2	Caracterização da região do estudo.....	23
3.3	Documentação analisada	24
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
5.	CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES DA PESQUISA E RECOMENDAÇÕES	31
	REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

A Governança Pública é vista como solução para lidar com as complexidades dos entes subnacionais, pois conduz e se torna em ações estruturais de governança composta de uma variedade de práticas organizacionais com a capacidade de prestação de serviços públicos (Luciano; Wiedenhof; Santos, 2018). Dessa forma, para implementar um modelo de gestão integrado com objetivo único de ordenar e solucionar problemas estruturais, o estado é imbuído de sua função precípua de ordenamento das políticas públicas, o qual tem papel preponderante de coordenar/orquestrar ecossistemas de ações integradas congregando diversos organismo internos e externos, de forma colaborativa, proporcionar ações necessárias ao modelo estruturante de um governo inovador (Luzardo, 2015).

Neste contexto, a inovação no setor público surge como uma saída para superar os obstáculos de implementação de políticas inovadoras, por certo é desafiador a implementação, é necessário conhecer os efeitos dos processos econômicos atuais sobre a dinâmica dos ecossistemas estruturados de forma que atenda os objetivos sociais, econômicos e ambientais da região. Alguns dos principais desafios é a mudança de arranjos organizacionais e resistência de estruturas já consolidadas e antiquadas. Mudança de cultura organizacional é sempre desafiador, muitas vezes, os órgãos públicos municipais têm culturas organizacionais tradicionais e hierárquicas, que podem resistir à introdução de novas idéias e processos inovadores. Tensões como velho/novo, controle/flexibilidade, indivíduo/grupo, qualidade/custo, estabilidade/mudança, global/local, discurso/ prática, autonomia/conformidade, passado/futuro, liberdade/vigilância estão cada vez mais presentes na vida organizacional e são exemplos de paradoxos organizacionais (Leana; Barry, 2000; Lewis, 2000; Vasconcelos; Vasconcelos, 2004).

Outro fator que se torna barreira para a implementação de Inovação é a burocracia e regulamentações. O excesso de burocracia e regulamentações pode dificultar a implementação de soluções inovadoras. Esses modelos de Processos são geralmente lentos e complexos para tomada de decisão, podem retardar a adoção de novas tecnologias e práticas no setor público. O excesso da burocracia é tido como uma barreira ao intra-empendedorismo no setor público como apontado por Jacobson et al. (2015), Gomes (2017), Lapolli e Gomes (2017), Athamneh, Al-Balas e Taamneh (2018).

O apego à burocracia promove o desestímulo à cultura empreendedora (Lapolli, 2017). Neste sentido, Arana e Silva (2016) e Teixeira et al., (2019) concordam com os pesquisadores anteriores afirmando que o apego às normas da burocracia atrasa o processo de inovação no setor público. Um dos exemplos do excesso de burocracia é apontado por Emmendoerfer, Valadares e Balbi (2008) é a rigidez dos processos de aprovação de decisões e as delimitações impostas pelas descrições de cargo.

Por outro lado, o orçamento limitado pode reduzir a capacidade dos órgãos públicos municipais de investir em inovação aliados a falta de recursos financeiros pode impedir a implementação de novas tecnologias e a capacitação de funcionários. De acordo com Mankiw (2015), os gastos com investimentos desempenham papel fundamental no crescimento econômico de longo prazo. Importante ressaltar que o investimento público em infraestrutura, quando bem realizado, funciona como ferramenta relevante para o desenvolvimento econômico e para estimular a entrada de capital privado no local.

Além desses fatores que impactam diretamente as ações de implementação de uma política inovadora, existe ainda uma parte preponderante que é mola propulsora para desenvolver a cadeia de ecossistemas organizacionais, a falta de habilidades e conhecimentos, aliado ao desinteresse da gestão e interesse político limitado. A falta de interesse político ou de apoio pode desencorajar a inovação nos setores públicos municipais. Sem o apoio adequado dos líderes políticos, pode ser difícil implementar mudanças significativas (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2006).

De certo, a inovação é um processo criativo e adaptativo, ao mesmo tempo em que destrutivo. A construção do novo envolve a destruição do velho. E esta transição não é necessariamente tranqüila ou desprovida de ônus para a organização. É comum que ocorra práticas organizacionais que tendem a inibir a maior parte das expressões da criatividade e a introdução de inovações. Van Gundy (apud Alencar, 1995, p. 104), ao analisar as diversas modalidades de barreiras à inovação, classificou-as em cinco grandes grupos: estruturais; sociais e políticas; processuais; de recursos; e individuais atitudinais.

No entanto há também a resistência de funcionários, que podem resistir à adoção de novas tecnologias e processos de trabalho, com perspectiva de perda de função ou de terem que aprender novas habilidades. Mas não podemos apenas focar nesses fatores impeditivos de impor um novo modelo de gestão. As falhas de comunicação, a comunicação inadequada entre diferentes departamentos e níveis hierárquicos podem dificultar a colaboração e a implementação de iniciativas inovadoras e o risco de que projetos inovadores possam falhar, o que pode desencorajar futuras tentativas de inovação (Weiler, 2010).

Contudo, a aplicação da inovação no setor público enfrenta vários obstáculos. O primeiro é o formalismo exacerbado e a cultura enraizada de sistema burocrata característica do setor público como forma de evitar riscos e optar pela via processual-administrativa com risco mínimo. No entanto, com o passar do tempo, percebeu-se que a burocracia exacerbada, uma disfunção da Teoria Burocrática, revelou procedimentos pouco flexíveis, processos excessivamente morosos, cujos fluxos continham etapas repetitivas, chegando a criar um entendimento popular de que a burocracia é sinônimo de lentidão, excesso de papéis e ineficiência. (Merton, as disfunções são anomalias imprevistas e indesejadas da burocracia, as quais levam à ineficiência e às imperfeições (Chiavenato, 2014).

Desta forma observa-se que o desenvolvimento regional esbarra em entraves para implementação de uma política inovadora, em um modelo de governança com ações colaborativas dos diversos atores regionais de forma integrada. Mesmo com suas limitações, o setor público pode se tornar capaz de acomodar e responder rapidamente a quaisquer mudanças que ocorram na sociedade (Mulyono; Fransisca, 2008).

Sendo assim, a nova governança pública é vista como solução e resposta para lidar com as complexidades dos entes públicos, pois o governo define e fornece uma variedade de práticas benéficas para expandir a capacidade de prestação de serviços públicos. No entanto, ainda é incerto quais as características de governança possam ajudar a enfrentar os desafios enfrentados nos ecossistemas de inovação.

Assim, observamos que o termo governança remete à existência de estruturas de cooperação público-privada nas quais a participação dos atores sociais, do mercado e

representantes do Estado e da comunidade é condição sine qua non para uma nova forma de governar

Porém é preciso romper paradigmas de estruturas de governança resistentes a mudanças, dessa forma, Sistemas burocráticos rígidos, que operam com procedimentos de comando e controle, restrições de trabalho rigorosas, bem como culturas e modelos operacionais introvertidos são inadequados para abordar problemas que, muitas vezes, transcendem os limites organizacionais (Goldsmith; Eggers, 2006, p. 22).

O modelo de governança atual exige uma capacidade de resolução de problemas que já não pode ser desencadeada de forma isolada, apenas uma entidade na condução (Rittel; Webber, 1973). Como Pollitt e Bouckaert (2004) e Bouckaert *et al.* (2010) indicam que é necessária maior integração, coordenação e colaboração dos ecossistemas estruturais.

Esses problemas estruturais nos remetem à necessidade de uma análise do modelo de governança atual dos ecossistemas integrados de gestão do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, localizada no coração do Brasil, o Parque Nacional está localizado no estado de Goiás, no topo de um antigo planalto com idade estimada em 1,8 bilhão de anos. O parque foi criado em 11 de janeiro de 1961, pelo presidente Juscelino Kubitschek, e listado como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 2001. Ocupa uma área de 2.405 quilômetros quadrados nos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante e Colinas do Sul.

Por certo é que a governança colaborativa dos ecossistemas colaborativos, em especial de sistemas ecológicos integrados por diversos atores, tem sido considerada um modelo que representa uma resposta a problemas relacionados com a integração e a confiança dentro e entre as instituições, onde as decisões resultam de um complexo processo de ajustamento cooperativo. Esse processo funciona em múltiplas direções e níveis, focando nos objetivos individuais e coletivos a serem alcançados, e permitindo liberdade de criação e inovação dentro dos princípios legais e estratégicos do bem comum (Freire et al., 2017; Rizzati, 2020).

Este tipo de governança tem sido considerado promissor para aumentar a coordenação entre os atores envolvidos em prol da inovação (Ansell; Torfing, 2021; Crosby et

al., 2017; Lopes; Farias, 2022). No entanto, alguns autores denunciam que o grau em que este pressuposto tem sido assumido não é acompanhado por estudos empíricos que revelem as características da governança que favorecem a inovação colaborativa (Gestel; Grotenbreg, 2021; Lopes; Farias, 2022).

Nesse sentido observa-se que desenvolvimento do turismo nessa região apresenta desafios significativos, desde a preservação ambiental até a gestão eficaz dos recursos e das atividades turísticas. Nesse contexto, a governança colaborativa surge como uma abordagem essencial para promover o desenvolvimento sustentável do turismo, envolvendo atores locais, organizações governamentais e não governamentais comunidades locais e o setor privado em um processo de tomada de decisões participativo e inclusivo.

De forma geral, baseado nas narrativas descritas, esta pesquisa tem como objetivo avaliar as medidas existentes e implementadas de governança colaborativa na gestão do turismo regional na Chapada dos Veadeiros, destacando os desafios enfrentados, as práticas bem-sucedidas implementadas e as lições aprendidas ao longo do processo. Para tanto, será realizada uma análise detalhada das estratégias de colaboração adotadas por diferentes partes interessadas, Municípios envolvidos e suas estruturas, as atividades no controle ambiental e fiscalização, do comércio local e suas estruturas, examinando como iniciativas conjuntas contribuem para a promoção do desenvolvimento sustentável, da conservação ambiental e do bem-estar das comunidades locais.

Ao compreendermos o papel crucial da governança colaborativa na gestão do turismo na Chapada dos Veadeiros, podemos não apenas fortalecer os esforços existentes, mas também inspirar outras regiões a adotarem abordagens semelhantes, visando a um turismo mais responsável, inclusivo e sustentável.

Formulação do problema

Na Chapada dos Veadeiros só aumento do turismo na região tem proporcionado uma série de problemas socioambientais, tais como: A expansão da infraestrutura turística desordenada, como estradas, trilhas e alojamentos, podem resultar no desmatamento de áreas naturais e na fragmentação dos habitats, afetando negativamente a flora e a fauna locais. A

poluição do ar, da água e do solo, devido ao descarte inadequado de resíduos sólidos, esgoto e produtos químicos. Trilhas mal planejadas e o tráfego intenso de turistas podem causar erosão do solo, especialmente em áreas sensíveis, como encostas e margens de rios, prejudicando a vegetação e os cursos d'água.

O turismo descontrolado pode perturbar os hábitos naturais da fauna local, levando ao afastamento ou mesmo extinção de espécies vulneráveis. O consumo excessivo de água por parte de turistas e empreendimentos turísticos pode contribuir para a escassez de água na região, especialmente durante períodos de seca. O turismo pode facilitar a introdução de espécies exóticas invasoras, que competem com as espécies nativas e podem causar desequilíbrios nos ecossistemas locais.

Diante do exposto, surge o seguinte questionamento da pesquisa: Quais são os desafios ambientais, econômicos e sociais enfrentados pela região da Chapada dos Veadeiros?

1.1 Objetivo Geral

Analisar as medidas de Governança Colaborativa e integração dos ecossistemas locais na região da Chapada dos Veadeiros, identificando e avaliando práticas implementadas para enfrentar os desafios socioambientais na área.

1.2 Objetivos Específicos

Analisar a eficácia dessas medidas na proteção dos ecossistemas locais;

Avaliar a governança colaborativa no contexto do turismo na Chapada dos Veadeiros;

Identificar os principais desafios e obstáculos enfrentados na conservação e integração dos ecossistemas locais.

1.3 Justificativa e contribuição do estudo

Inovar significa desenvolver e implementar novas idéias, diferentes daquelas derivadas da sabedoria comum e das práticas habituais que, até então, dominavam o contexto de soluções para os problemas enfrentados (Hartley et al., 2013; Osborne; Brown, 2011).

A inovação pode ser definida como um processo complexo e iterativo por meio do qual os problemas são definidos; novas idéias são desenvolvidas e combinadas; protótipos e pilotos são projetados, testados e redesenhados; e novas soluções são implementadas, utilizadas e problematizadas (Hartley et al., 2013).

A gestão de um destino turístico envolve vários atores locais com interesses individuais, os quais vão beneficiar de ações conjuntas. Atualmente o conceito governança é uma constante na literatura acadêmica, no entanto, apesar da sua relevância, ainda existem muitas dúvidas sobre o seu conceito e também sobre o desempenho no desenvolvimento sustentável nos destinos turísticos.

No contexto geral de análise é necessário avaliar as metodologias colaborativas de gestão implementadas com objetivo de mitigar ações de impacto humano no ambiente natural e salvaguardar a natureza e biodiversidade do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, minimizar os danos ambientais e reordenar o turismo na região de forma organizada e sustentável na região.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Turismo e Desenvolvimento Regionais

O turismo desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social de regiões ao redor do mundo. Por meio da atração de visitantes e do estímulo ao crescimento de infraestrutura e serviços locais, o turismo pode impulsionar a economia de áreas antes negligenciadas. Como disse Taleb Rifai, ex-secretário-geral da Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas (UNWTO, 2023), "O turismo sustentável é uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento, que contribui para a conservação do meio ambiente, promove a diversidade cultural e gera renda e emprego."

Apesar de o turismo regional ser visto como uma fonte de desenvolvimento, sobretudo econômico, considera-se que o turismo convencional possa ser prejudicial, daí o aparecimento de formas alternativas de turismo, como é o caso do ecoturismo. Este tipo de turismo é freqüentemente, referido como tendo grande potencial para o desenvolvimento sustentável de destinos turísticos, podendo funcionar como um potencializador para o desenvolvimento de um território, por possibilitar a diversificação das atividades econômicas e, simultaneamente, a recuperação de alguns elementos identitários como o artesanato (Da Silva, 2019).

Esse tipo de alternativa produz o envolvimento, promove a participação ativa da comunidade, contribui para minimizar conflitos e maximizar os benefícios econômicos, sociais e culturais do turismo. A colaboração entre as partes interessadas é crucial para promover um turismo sustentável, preservar o patrimônio cultural e natural e garantir o bem-estar da comunidade e dos visitantes (Andereck; Vogt, 2000; Gursoy et al., 2010b; Gursoy et al., 2017; Gursoy et al., 2019; Hasani et al., 2016; Huh; Vogt, 2008; Kathleen et al., 2007; Nunkoo; Gursoy, 2012; Rasoolimanesh et al., 2017; Ribeiro et al., 2017; Wu; Chen, 2018).

No entanto, a utilização destes conceitos nem sempre é a correta, o que leva alguns atores a questionarem se esta é uma forma de turismo alternativo ou uma mera campanha de marketing (Lansing; de Vries, 2006). Observa-se também que nos processos de desenvolvimento destes tipos de turismo alternativo muitas vezes não são adotados princípios de sustentabilidade. Neste contexto, a adoção de estratégias que visem o desenvolvimento

sustentável dos destinos turísticos deve ser uma realidade em todos os tipos de turismo. O conceito de governança, apesar de recente na literatura acadêmica da área do turismo, já se constituiu como objeto de estudo noutras áreas de investigação. A sua utilização em múltiplos campos de estudo originou diversas definições, sendo essas, muitas vezes, o reflexo da perspectiva disciplinar de cada investigador (Ruhanen; Scott; Ritchie; Tkaczynski, 2010).

No que diz respeito à governança no turismo, o planeamento turístico deve ser visto como interativo ou colaborativo o que requer a participação e interação dos vários níveis da organização e dos diversos atores no processo de planeamento, com o intuito de se estabelecerem parcerias dentro do processo de planeamento (Hall, 1999).

Portanto, o turismo não é apenas uma indústria lucrativa, mas também uma força para o desenvolvimento regional sustentável. Ao adotar práticas responsáveis e promover o envolvimento da comunidade local, o turismo pode ser uma fonte de progresso económico, social, cultural e ambiental para regiões em todo o mundo. Como afirmou Edmund Bartlett, ex-ministro de Turismo da Jamaica, "O turismo é uma força poderosa para o desenvolvimento regional, estimulando investimentos em infraestrutura, serviços e preservação ambiental." (Barbosa, 2005)

2.2 A Importância do Turismo Sustentável

O turismo sustentável é uma abordagem vital para garantir que as futuras gerações possam desfrutar dos recursos naturais e culturais do nosso planeta. Ao contrário do turismo convencional, que muitas vezes resulta em impactos negativos no meio ambiente, na cultura local e na economia, o turismo sustentável visa minimizar esses efeitos e maximizar os benefícios para as comunidades locais e o meio ambiente. É necessário que haja planeamento das ações necessárias para a atividade ser desenvolvida de maneira sustentável e com a participação direta ou indireta da comunidade envolvida (Guo, 2022). Uma das principais razões para a importância do turismo sustentável é sua capacidade de preservar os recursos naturais e culturais para as gerações futuras.

A colaboração entre as partes interessadas é crucial para promover um turismo sustentável, preservar o património cultural e natural e garantir o bem-estar da comunidade e

dos visitantes (Andereck; Vogt, 2000; Gursoy et al., 2010b; Gursoy et al., 2017; Gursoy et al., 2019; Hasani et al., 2016; Huh; A. Vogt, 2008; Kathleen et al., 2007; Nunkoo; Gursoy, 2012; Rasoolimanesh et al., 2017; Ribeiro et al., 2017; Wu; Chen, 2018). Ao se adotar práticas sustentáveis, como o uso eficiente de energia, a conservação da água, a proteção da biodiversidade e o respeito às culturas locais, o turismo sustentável ajuda a proteger os ecossistemas frágeis e os patrimônios culturais únicos em todo o mundo.

O turismo sustentável é mecanismo de investimento tanto público como privado que promove a conscientização e a educação sobre questões ambientais e culturais, nesse sentido (turismo sustentável), a Organização Mundial de Turismo refere que esta tipologia de turismo a qual deve ter em atenção especial aos aspetos ambiental, económico e sociocultural, devendo-se estabelecer um equilíbrio adequado entre estas três dimensões para garantir a sustentabilidade em longo prazo (Lansing; de Vries, 2007).

Um dos destaques que o turismo sustentável desempenha no contexto de uma região turística é desempenhar um papel fundamental na preservação dos recursos naturais e culturais do nosso planeta, no desenvolvimento económico das comunidades locais e na promoção da conscientização e da educação sobre questões ambientais e culturais. É essencial que todos os envolvidos na indústria do turismo, desde os viajantes até os operadores turísticos e os governos locais, trabalhem juntos para promover práticas sustentáveis e garantir que o turismo possa continuar a ser uma força positiva para o bem-estar das pessoas e do planeta. Visto que a prática turística possibilita a geração de impactos relacionados às dimensões: económica, cultural, ambiental e social, o Turismo de Base Comunitária (TBC), se expõe como uma prática fundamental para o desenvolvimento de uma determinada localidade, possibilitando perspectivas coletivas comunitárias relacionados à qualidade de vida e sustentabilidade (Lee; Jan, 2019; Moraes et al., 2020; Vasconcelos et al., 2009).

O turismo sustentável é muito mais do que apenas uma tendência da indústria do turismo. É uma abordagem essencial para garantir que os destinos turísticos possam prosperar enquanto protegem e preservam o meio ambiente, a cultura local e as comunidades que os hospedam (Haizhou, 2022).

Uma das principais razões para a importância do turismo sustentável é sua capacidade de proteger os recursos naturais. Os destinos turísticos frequentemente dependem de ecossistemas saudáveis para atrair visitantes, seja para praias intocadas, florestas exuberantes ou montanhas majestosas. O turismo sustentável promove práticas que minimizam o impacto negativo no meio ambiente, como o uso responsável de recursos naturais, a redução da poluição e a conservação da biodiversidade. (Barbosa, 2005)

Além disso, o turismo sustentável beneficia as comunidades locais, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social. Ao incentivar a participação das comunidades no turismo, seja através de negócios locais, atividades culturais ou programas de capacitação, o turismo sustentável cria oportunidades de emprego, gera renda e fortalece os laços sociais dentro das comunidades. (Cesar, et al., 2022)

Por fim, o turismo sustentável promove uma experiência mais autêntica e enriquecedora para os viajantes. Ao valorizar e respeitar a cultura local, as tradições e o modo de vida das comunidades anfitriãs, o turismo sustentável oferece aos visitantes a oportunidade de se conectar verdadeiramente com o destino e suas pessoas. Isso não apenas enriquece a experiência do viajante, mas também aumenta a conscientização sobre questões globais, como a preservação da cultura e do meio ambiente. (Barbosa, 2015)

Em conclusão, o turismo sustentável é essencial para garantir que os destinos turísticos possam prosperar de forma sustentável, protegendo e preservando o meio ambiente, a cultura local e as comunidades que os sustentam. Ao adotar práticas sustentáveis, todos os envolvidos na indústria do turismo podem garantir que o turismo continue a ser uma fonte de benefícios econômicos, sociais e culturais para as gerações futuras.

2.3 Importância da Governança Colaborativa na IGP – Inovação Gestão Pública

A Inovação na Gestão Pública (IGP) é essencial para o progresso e a eficiência dos serviços públicos. No entanto, a implementação bem-sucedida da IGP requer mais do que simplesmente novas idéias e tecnologias. É aqui que a governança colaborativa desempenha um papel crucial. (Moura et al., 2017).

A governança colaborativa na IGP envolve a cooperação e o envolvimento de diversas partes interessadas, incluindo governos, setor privado, organizações da sociedade civil e cidadãos. Através dessa colaboração, é possível criar soluções inovadoras que atendam às necessidades da sociedade de forma eficaz e sustentável.

Uma das principais razões para a importância da governança colaborativa na IGP é a complexidade dos desafios enfrentados pela administração pública. Problemas como a mudança climática, desigualdade social e a rápida evolução tecnológica exigem abordagens integradas e multidisciplinares. Através da colaboração entre diferentes atores, é possível reunir conhecimentos, recursos e experiências variadas para enfrentar esses desafios de forma mais eficaz. (Piroux; Caniello, 2019)

Além disso, a governança colaborativa na IGP promove a transparência, a prestação de contas e a participação cidadã. Ao envolver os cidadãos e as organizações da sociedade civil no processo de tomada de decisões, é possível garantir que as políticas públicas sejam mais inclusivas e responsivas às necessidades da população.

Em resumo, a governança colaborativa desempenha um papel fundamental na promoção da Inovação na Gestão Pública, ao facilitar a cooperação entre diferentes partes interessadas, promover abordagens integradas e multidisciplinares e garantir a transparência e participação cidadã no processo de tomada de decisões. (Da Silva, 2022)

Apesar das inúmeras definições que existem para a governança, Ruhanen et al. (2010) na revisão de literatura que realizaram, verificaram a existência de três características comuns, designadamente, (i) governança não é sinônimo de Governo; (ii) a governança implica um menor controle governamental; e (iii) a governança envolve múltiplos atores. Dessa forma a busca por soluções inovadoras e eficientes na gestão pública, mas especialmente na Gestão Pública Municipal observa-se que a governança colaborativa emerge como uma abordagem fundamental e a Inovação na Gestão Pública (IGP) não se trata apenas de adotar novas tecnologias ou processos, mas também de redefinir as relações entre governos, sociedade civil e setor privado dos diversos ecossistemas regionais devidamente instituídos mesmo que de forma legal ou na informalidade, porém todos tem uma importância no desenvolvimento integrado da Inovação na Gestão Pública.

A governança colaborativa na IGP engloba a gestão das relações entre os diferentes atores envolvidos. A cocriação de políticas e serviços públicos, onde diferentes partes interessadas contribuem com suas perspectivas, conhecimentos e recursos. Essa abordagem colaborativa não apenas promove a eficiência na prestação de serviços, mas também fortalece a legitimidade e a aceitação das políticas públicas.

Um dos principais benefícios da governança colaborativa na IGP é a capacidade de enfrentar desafios complexos e multifacetados de forma mais eficaz. Ao envolver uma variedade de atores, incluindo governos, empresas, academia e sociedade civil, é possível abordar problemas como a pobreza, a saúde pública e o meio ambiente de maneira mais holística e integrada.

Além disso, a governança colaborativa na IGP promove a inovação aberta, onde idéias e soluções são compartilhadas livremente entre diferentes partes interessadas. Isso cria um ambiente propício para o surgimento de novas abordagens e práticas inovadoras, que podem beneficiar não apenas uma única organização ou governo, mas toda a sociedade.

Em suma, a governança colaborativa é essencial para impulsionar a Inovação na Gestão Pública, ao promover a cooperação entre diferentes atores, promover abordagens integradas e holísticas e fomentar a inovação aberta e a novas estratégias para soluções dos desafios mais prementes da sociedade.

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa

Esta pesquisa se trata de análise documental e de conteúdo de implementação de ações realizadas pelo ente subnacional voltado para preservação do ecossistema turístico da Chapada dos Veadeiros, considerando os instrumentos legais que regulamentam o ingresso controlado de turista na região. As implicações no contexto dos ecossistemas que atuam na região e atores envolvidos. (Kripka; Scheller, 2022)

A relevância do estudo considera o contexto organizacional regional, suas cadeias de interatividade entre atores, impactos econômicos e sociais, porém a análise da abordagem escolhida se desprende da impossibilidade, por fatores externos, de realizar uma pesquisa de campo. A dificuldade de realizar estudo através de pesquisa local requer previamente a organização de agenda com agentes públicos local e empreendedores, esse processo burocrático demanda tempo para se concluir no curto espaço de tempo de apresentação do estudo.

Torna-se preponderante nas ações integradas de desenvolvimento regional o envolvimento dos atores locais, é um aspecto fundamental no processo de planejamento e desenvolvimento sustentável (Arthur; Mensah, 2006 Caffyn; Jobins, 2003). Mas quem são estes atores? De acordo com Fonseca e Ramos (2012) são todos os que são afetados pelos impactos, quer positivos, quer negativos, das políticas de desenvolvimento turístico, visando o seu envolvimento no processo a mitigação de ocorrências de potenciais conflitos entre turistas e comunidade receptora.

O estudo avalia o teor da norma regulamentar implementada de regulação e cobrança de taxa para o ingresso de turistas na região, de forma controlada e organizada em métodos e técnicas de pesquisa para aprofundar-se nesses conceitos.

3.2 Caracterização da região do estudo

O município de Alto Paraíso (GO), objeto de estudo da pesquisa, é parte integrante da Reserva da Biosfera Goyaz e está localizado na Área de Proteção Ambiental - APA do

Pouso Alto, desde 2001, pelo Decreto n.º 5.419. A cidade possui um distrito, denominado São Jorge, aproximadamente a 36 km de distância, local de entrada para o Parque Nacional Chapada dos Veadeiros (PNCV). Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2017), o município possui atualmente cerca de 7.514 habitantes, mas a população de turistas aumenta consideravelmente na alta temporada, em julho, nas férias em geral, e em “feriadões”, apesar de não ser adequadamente quantificada. A área da unidade territorial é de 2.593,905 km² (IBGE, 2016).

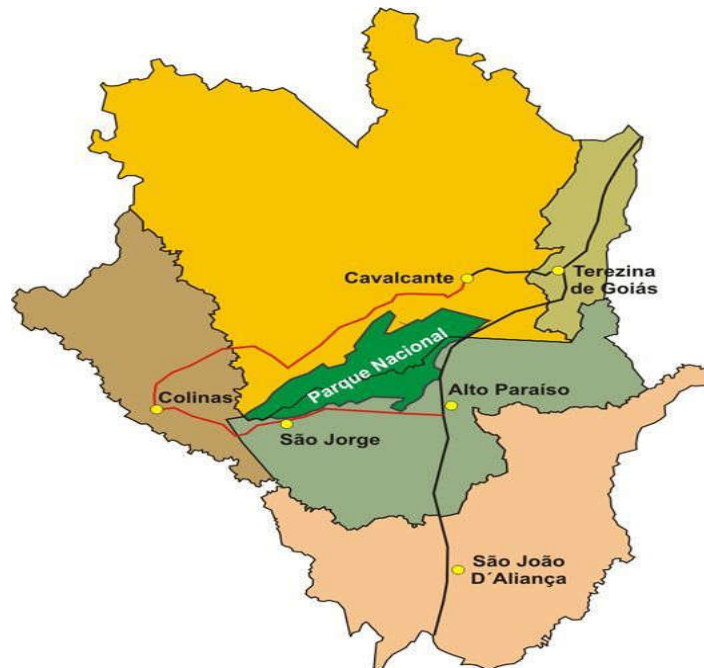


Figura 1: Delimitação geográfica do município de Alto Paraíso de Goiás (GO) em verde. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros aparece como um polígono verde escuro. Fonte: GOOGLE, 2017.

3.3 Documentação analisada

Na análise documental nos deparamos com um Decreto Municipal nº 2.224/2024, de 26 de março de 2024. “Dispõe sobre a regulamentação do artigo 211 do Código Tributário Municipal, no que tange à fiscalização do pagamento da taxa de conservação ambiental e estabelece a obrigatoriedade do uso da plataforma de controle de entrada e saída de turistas pelos atrativos turísticos do município, conforme instituído pela Lei Complementar nº 064/2023.” quanto a reordenamento para ingresso na área do Parque da Chapada dos Veadeiros pela Prefeitura de Alto Paraíso de Goiás, localizados no endereço eletrônico da Secretaria Municipal (taxa de Conservação Ambiental (altoparaíso.go.gov.br)).

Foi realizado o levantamento bibliográfico e documental por meio da pesquisa de publicações com relação ao tema proposto, além de matérias jornalísticas com o intuito de auxiliar na reflexão e entendimento dos conceitos delimitados, de modo a subsidiar na análise dos dados.

Diante disso na abordagem da pesquisa, efetuamos uma busca no canal de notícias G! – DF cuja matéria veiculada no dia 02/04/2024 trouxe a notícia da situação atual da cobrança de taxa na chapada dos veadeiros (Chapada dos Veadeiros: entenda a nova taxa cobrada de turistas que visitam Alto Paraíso de Goiás | Goiás | G1 (globo.com))

Já o Jornal Correio Brasiliense faz menção a insatisfação dos empresários locais e dos turistas que, na matéria da reportagem os atores locais (comerciantes, comunidade) reclamaram das taxas pagas tanto para entrar na cidade como para adentrar propriedades rurais que exploram o turismo regional.

3.4 – Análise de conteúdo

No sentido estrito de melhor analisar os conteúdos e sistematizar as informações coletadas, realizamos a análise de conteúdo. Segundo Olabuenaga e Ispizúa (1989), a análise de conteúdo é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que analisados adequadamente nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessível.

Logo a matéria-prima da análise de conteúdo pode constituir-se de qualquer material oriundo de comunicação verbal ou não-verbal, como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes, livros, relatos auto-biográficos, discos, gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes, fotografias, vídeos, etc. Contudo os dados advindos dessas diversificadas fontes chegam ao investigador em estado bruto, necessitando, então ser processados para, dessa maneira, facilitar o trabalho de compreensão, interpretação e inferência a que aspira a análise de conteúdo.

Nesse contexto, a análise de conteúdo dos acervos coletados primeiramente coube análise dos impactos do Decreto Lei (2024) e sua correlação com as perspectivas de melhor ordenamento do turismo local e interação com demais atores regionais para desenvolvimento de turismo sustentável e ordenado.

O Decreto com a nova medida foi divulgado e começou a valer na última sexta-feira (29). Na matéria o gestor municipal assegura que a região recebe a visita de muitos turistas e a implementação de ações para diminuir os impactos na cidade ou áreas de preservação necessita de ações que possibilitem redução de produção de lixo, em atendimentos no hospitalar, na alta demanda da energia elétrica e danificação das estradas de acesso aos atrativos. “A intenção é manter a preservação e conservação ambiental da região” afirma o gestor público,

Nessa perspectiva, o conteúdo do Decreto estabeleceu, em primeiro lugar, o objetivo de regulamentação do artigo 211 do Código Tributário Municipal, no que tange à fiscalização do pagamento da taxa de conservação ambiental, estabelece a obrigatoriedade do uso da plataforma de controle de entrada e saída de turistas pelos atrativos turísticos do município e evidencia a importância da preservação do meio ambiente e a necessidade de financiamento das ações de conservação ambiental em Alto Paraíso de Goiás como um destino turístico de relevante interesse ecológico; prevê sua fiscalização por meio de regulamentação específica; Estabelece um período para que os atrativos turísticos se cadastrem e adaptem à plataforma digital, garantindo a eficiência na gestão do fluxo turístico. Quanto aos resultados econômicos atribui que a arrecadação da taxa será destinada a incentivo à conservação ambiental; considera ainda a importância de estabelecer sanções claras para o cumprimento das obrigações relacionadas à taxa de conservação ambiental, visando assegurar a efetividade das medidas de proteção ao meio ambiente;

Em análise de matéria jornalística publicada no portal do G1 – DF abordou sobre o conteúdo do Decreto Municipal, sua aplicabilidade na defesa do meio ambiente e preservação e conservação do bioma do cerrado, a importância turística com objetivo único da instituição da cobrança como forma de ordenamento do turismo regional.

Entretanto a matéria publicada em 02 de abril de 2024 (A nova taxa de conservação cobrada na Chapada dos Veadeiros (correiobraziliense.com.br) do Correio Brasiliense faz abordagem sobre o cobrança da taxa e os efeitos negativos e insatisfação por parte da classe empresarial que consideram que a cobrança desta taxa pode trazer diminuição de frequência de turistas em visita a região, causando impacto no comércio local por baixa frequência e que a cobrança trouxe descontentamento aos empresários e turistas frequentadores da região.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em primeiro momento o presente estudo discorreu sobre medidas existentes e implementadas pela Prefeitura Municipal do Município de Alto Paraíso de Goiás quanto à implementação de modelo de governança colaborativa na gestão do turismo regional desenvolvido na Chapada dos Veadeiros utilizadas na gestão da atividade do turismo sustentável a nível regional.

O estudo, em breve síntese, analisa a medida adotada pela regulamentação do artigo 211 do Código Tributário Municipal, no que tange à fiscalização do pagamento da taxa de conservação ambiental pelos usuários e freqüentadores do Parque, e determinou uso de meios eletrônicos por parte da administração pública ao estabelecer a obrigatoriedade de uso de plataforma para controle de entrada e saída de turistas e freqüentadores na região.

As medidas impostam pelo Decreto Municipal nº 2.224/2024, de 26 de março de 2024 no sentido de reordenar a entrada de turista na região, segundo abordagem das matérias jornalísticas publicadas no site eletrônico do G1 – DF e Jornal Correio Brasiliense assegura que não é de consenso tanto de moradores e comerciantes locais, que não houve a interação com atores locais e stakeholders, de modo participativo, na adoção desta ação.

A mídia regional trouxe abordagem dos efeitos negativos da implementação da legislação regional sem a integração dos atores locais em discussão mais ampla, sobre o tema, na matéria publicada em 02 de abril de 2024 (A nova taxa de conservação cobrada na Chapada dos Veadeiros (correiobrasiliense.com.br) do Correio Brasiliense faz abordagem sobre o cobrança da taxa e os efeitos negativos e insatisfação por parte da classe empresarial que consideram que a cobrança desta taxa pode resultar em diminuição de freqüência de turistas que visitam a região, causando impacto no comércio local e baixa freqüência.

Nesse sentido, em uma abordagem mais ampla fica, de certa forma evidentes, com base nas narrativas jornalísticas que a comunidade, outras partes envolvidas e interessadas, organizações da sociedade civil, empresas e grupos comunitários poderiam estar envolvidos em um só sentido e esforços destinados conjuntamente discutirem e mensurar atividades que

proporcionassem a busca de soluções sob a ótica da sustentabilidade, permitindo, em um todo, uma visão integrada do sistema turístico, despertando para a necessidade de planejamento de ações adequadas para que se consiga atingir a escala positiva em modelo de proposta alinhada aos eixos sociais, econômicos e ambientais potencialmente sustentável com foco na economia local.

Medidas para implementação de governança colaborativa na localidade deixa claro que a Gestão Pública Municipal ao instituir um decreto que estabeleceu a taxa de cobrança para turistas, falhou em aplicar os princípios de gestão colaborativa. A gestão colaborativa pressupõe a participação ativa de diversos stakeholders, incluindo a comunidade local, representantes do setor turístico, e os próprios turistas, no processo de tomada de decisões.

No entanto, o decreto foi editado de maneira unilateral, pois de acordo com as matérias noticiadas e publicada em 02 de abril de 2024 do Correio Brasiliense faz abordagem sobre a cobrança da taxa e os efeitos negativos e insatisfação por parte da classe empresarial, de certo observa-se uma falha nessa ação, poderia ter sido realizada antes uma consulta pública ou a realização de audiências que permitissem a expressão de opiniões e sugestões por parte dos afetados.

Esta abordagem centralizadora contraria os fundamentos da gestão colaborativa, que busca promover decisões mais inclusivas, transparentes e representativas dos interesses de todos os envolvidos. não se preocupou em uma discussão mais ampla de modelo de com integração dos ecossistemas regionais.

Ao se avaliar a medida não fica evidente se o Município enfrenta dificuldades financeiras evidenciado pela imposição da regulamentação do artigo 211 do Código Tributário Municipal, no que tange à fiscalização do pagamento da taxa de conservação ambiental, porém houve de certa forma uma ação positiva no sentido de melhor controle de acesso à região ao se estabeleceu obrigatoriedade do uso da plataforma de controle de entrada e saída de turistas com a implementação de inovação tecnológica.

Outra medida importante na ação adotada pelo ente subnacional é a capacitação dos atores envolvidos. Essa capacitação é essencial para que todos compreendam que iniciativas têm o potencial de fortalecer o modelo organizacional de gestão. Com a conscientização adequada, os participantes podem aplicar as medidas de forma mais eficaz, contribuindo para um sistema de gestão mais robusto e eficiente.

Essas medidas impostas poderiam ter melhor aplicabilidade se tivesse sido adotada a integração de todos os ecossistemas colaborativos regionais, com participação social e visão e valorização cultural, em modelo de processo inclusivo tanto dos setores culturais, sociais e econômico com resultados satisfatórios se implementados de forma eficaz com a interação dos ecossistemas locais.

Ao final concluiu-se, preliminarmente, de que a implementação de modelo de governança colaborativa do turismo na Chapada dos Veadeiros depende da interação e cooperação entre todos esses atores. Cada grupo traz suas perspectivas, recursos e capacidades para melhor consenso, contribuindo para um modelo de gestão que visa equilibrar desenvolvimento econômico, preservação ambiental e inclusão social. A chave para o sucesso é a comunicação contínua, a participação ativa e o compromisso com objetivos comuns de sustentabilidade e conservação.

5. CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES DA PESQUISA E RECOMENDAÇÕES

Na análise realizada baseados nas matérias jornalísticas citadas acima, se conclui que há falta de consenso nas ações implementadas pela Prefeitura na adoção das medidas impostas e não houve o desenvolvimento de uma política integrativa e colaborativa regional, pois ações integradas de ecossistemas exige uma abordagem multifacetada e inclusiva, é necessário, antes de tudo, avaliar se algumas medidas práticas e devem ser validadas com ações integradas, diálogos abertos e transparentes, não impositivos, com participação ativa comunitária, desenvolvimento de parcerias com setores privados, capacitação dos atores e stakeholders, melhor planejamento integrado de todos setores.

As medidas implementadas da cobrança da taxa de acesso ao parque demonstram preocupação em se implementar ações que promovam desenvolvimento sustentável e a inclusão social. No entanto, é essencial que os desafios identificados sejam abordados para garantir a continuidade e a eficácia dessas iniciativas.

A análise também sugere que a experiência da Chapada dos Veadeiros pode servir de modelo para outras regiões turísticas no Brasil, especialmente aquelas que buscam equilibrar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental integrada com a participação comunitária.

Desta forma, as ferramentas metodológicas apresentadas e sugestões passam a ser importantes aliadas na busca de integração dos ecossistemas regionais com ações capazes de motivar os gestores turísticos a pensarem no binômio turismo e sustentabilidade. A governança local tem papel fundamental para desenvolver e de despertar uma atividade que seja reconhecida como socialmente importante, seja acatada e reconhecida como exemplo de ações ambientalmente corretas.

Em suma, a governança colaborativa na Chapada dos Veadeiros pode proporcionar avanços importantes, mas ainda há um caminho a percorrer para consolidar essas práticas e superar os desafios existentes. O fortalecimento das parcerias, a capacitação contínua dos

atores envolvidos e a busca por fontes de financiamento são passos fundamentais para o futuro da gestão do turismo na região.

Considerando, portanto a concepção inicial da proposta imposta através do Decreto Municipal, o modelo adotado apresenta pontos negativos e positivos, em sentido estrito, ao se avaliar o contexto das matérias jornalísticas observa-se que a proposta não considerou a participação popular nas discussões dessas ações referente a cobrança de taxas, a centralização e não compartilhamento nas discussões dessas medidas, ainda que objetivo e o intuito de fossem ordenamento territorial e controle local, com foco na preservação ambiental, de forma sustentável, poderiam ter melhores resultados com a integração dos ecossistemas, medidas essas que possibilitariam o envolvimento das instâncias de governança regional integradas e envolvidas no planejamento do turismo regional, de forma que a cobrança da taxa e administração dos recursos arrecadados, teriam maior transparência pública com a participação da sociedade.

Porém, um dos principais problemas enfrentados pelas políticas públicas são até onde a comunidade quer e pode participar, a importância da participação colaborativa e integrada, se realmente há a abertura de diálogo entre os interlocutores externos e internos, pois se tratando de um desenvolvimento endógeno do turismo, é necessário criar na comunidade o sentimento de pertencimento as proposições apresentadas, sempre com cautela para que não seja uma participação imposta e sim voluntária.

Os desafios a serem enfrentados e implementação de práticas bem sucedidas considerando as ações atuais adotadas pelo Governo local na cobrança da taxa para ingresso na região da chapada dos veadeiros, em síntese, revelou a necessidade de uma série de medidas de governança colaborativas na gestão do turismo, com destaque necessidade da formação, caso não tenha sido constituído, de Conselhos Municipais de Turismo onde o papel desses conselhos é composto por representantes do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil, permitindo a participação de diversos atores na tomada de decisões. Por outro lado, as Parcerias Público-Privadas (PPPs) são fundamentais para a realização de projetos de infraestrutura turística, como a melhoria de estradas e a construção de centros de atendimento ao turista.

Outra ação importante neste modelo de gestão é a implementação de Projetos de Conservação Ambiental com essas diversas iniciativas, o modelo de se estabelecer uma plataforma de controle de ingresso de visitantes na região é ponto positivo, pois se consegue mensurar quantas pessoas ingressam e traz ordenamento e controle na gestão do parque e pode se estabelecer medidas de proteção ambiental no sentido de coleta e destinação do lixo produzido na região, esse tipo de medida têm sido implementadas com êxito em unidades e setores de turismo com objetivo de promover a conservação dos recursos naturais, essenciais para o turismo sustentável e promovem a integração de programas de educação ambiental e a criação de áreas de proteção.

Neste contexto geral é necessário avaliar o perfil de cada parte envolvida e seu papel no contexto das dinâmicas de modelo de gestão e governança colaborativa do turismo regional, e a gestão e a governança colaborativa o qual não pode se desprender do elo de envolvimento da diversidade de partes interessadas, cada uma com perfis e papéis distintos.

Nesse sentido, as partes sejam elas autoridades públicas locais, incluindo prefeitos, vereadores e secretarias municipais, cada um tem uma responsabilidade no seu papel institucional devidamente constituído para elaboração e implementação de políticas públicas para o setor, com planejamento voltado para as necessidades de infraestrutura, ordenar e regulamentar as atividades, com a precípua finalidade de garantir a segurança e zelar pela conservação ambiental com envolvimento organizado e participativo dos conselhos municipais de turismo para envolver outras partes interessadas.

Por certo, as ações e processos desenvolvidos, devem considerar e demonstre ser relevante a heterogeneidade dos intervenientes ou participantes, demonstre que diferentes perspectivas sobre uma determinada questão ou problemas complexos podem ser enriquecedoras e revelarem-se de grande utilidade para o encontro da melhor solução. Inclusiva poderá vir a ser cooperante ou coadjuvante numa determinada fase do processo ou implementação de política pública colaborativa dos diversos ecossistemas regionais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Fábila Fonseca. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. **Caminhos de Geografia**, v. 6, n. 14, p. 107-114, 2005.

CESAR, Pedro Henrique et al. Gestão Sustentável: avaliação da responsabilidade socioambiental em meios de hospedagem no litoral norte da Paraíba. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 11, n. 3, 2018. .

DA UNIÃO, TRIBUNAL DE CONTAS. Seção. **Brasília, DF**, n. 133, p. 11, 2006.

DA SILVA, Leonardo Pinheiro; SOUSA, Kleber Abreu; COSTA, Beatriz Batista. GOVERNANÇA PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL POR MEIO DO FORTALECIMENTO DO ECOSISTEMA LOCAL DE INOVAÇÃO. **DESAFIOS - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, v. 1, n. 1, 2023.

DA SILVA, Manuel António Pereira. **O patrimônio e a oferta turística como potenciadores de desenvolvimento sustentável: Contributos para plano municipal de cultura e turismo de Baião**. 2019. Dissertação de Mestrado. Instituto Politécnico de Viseu (Portugal).

DA SILVA, Célia Vieira. **Do Governo Eletrônico ao Governo Inteligente Estudo de Caso: Ministério Público de Santa Catarina (MPSC)**. 2022. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa (Portugal).

FRISCHKNECHT, Daniele Smith. Simplificação de processos administrativos para o alcance da burocracia mínima viável conciliando os princípios da eficiência e da legalidade: um estudo de caso do processo de desburocratização do conselho nacional de justiça.

HAIZHOU, Zhang. **Envolvimento das comunidades na promoção do turismo sustentável em Hainan: O caso do povo Dan**. 2022. Tese de Doutorado.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; DE LARA BONOTTO, Danusa. Pesquisa Documental. **Considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa**, v. 2.

KÖRÖSSY, Nathália. Do "turismo predatório" ao "turismo sustentável": uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, p. 56-68, 2008.

LUCIANO, Edimara Mezzomo, Guilherme Costa Wiedenhof, and Fábio Pinheiro dos Santos. "Barreiras para a Ampliação de Transparência na Administração Pública Brasileira: Questões estruturais e culturais ou falta de estratégia e governança?" *Administração Pública e Gestão Social* (2018).

LUZARDO, Lucas Costa Freire. **Governança, políticas públicas e participação social: a experiência de projetos urbanos no contexto da Copa FIFA Brasil 2014**. 2015. Dissertação de Mestrado. Brasil.

MOURA, Ana Lúcia Neves de; SOUZA, Bruno Campello de. Gestão estratégica de pessoas na administração indireta do setor público federal: na prática, ainda um discurso. 2016.

MOURA, Rafael Ferreira de et al. Análise de eficiência e fatores condicionantes dos custos dos serviços públicos: um estudo para os municípios pernambucanos do período 2008-2014. 2017.

MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia. 8ª Edição. Rio de Janeiro, 2015, capítulo 17

NUNES, Emanuely Rodrigues; DE FÁTIMA MARTINS, Maria. Indicadores de sustentabilidade para o turismo sustentável: um estudo no município de Bananeiras (PB). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 12, n. 2, 2019.

OLIVEIRA, Ermelinda; MANSO, José. Turismo sustentável: utopia ou realidade?. 2010.

OLAVO, Antônio Vagner Almeida. Laboratório de inovação e intraempreendedorismo no setor público: um estudo no (011). lab. da Prefeitura Municipal de São Paulo. 2020.

PIRAUX, Marc; CANIELLO, Márcio. Reflexões retrospectivas e prospectivas sobre a governança territorial para o desenvolvimento rural no Brasil. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 39, n. 2, p. 359-379, 2019.

WEILER, Aline. Comunicação interna e gestão de pessoas: facilitando os relacionamentos em um ambiente organizacional diversificado. 2010.